

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ALANA SCHNEIDER WIEDERKEHR

Coronelismo, Clientelismo e Política Local:

Um debate sobre o conceito do clientelismo na política local e sua relação
com um passado coronelista

Porto Alegre

2017

Alana Schneider Wiederkehr

Bacharelado em Ciências Sociais

Coronelismo, Clientelismo e Política Local:

Um debate sobre o conceito do clientelismo na política local e sua relação
com um passado coronelista

Debate teórico desenvolvido para a
conclusão do curso de Bacharelado em
Ciência Sociais da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Porto Alegre

2017

ALANA SCHNEIDER WIEDERKEHR

Coronelismo, Clientelismo e Política Local:

Um debate sobre o conceito do clientelismo na política local e sua relação com um
passado coronelista

Relatório final apresentado a Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como parte das exigências
para a obtenção do título de Bacharel em Ciências
Sociais

Porto Alegre, janeiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Luis Gustavo Mello Grohmann
Departamento de Ciência Política

Professora Doutora Jussara Reis Prá
Departamento de Ciência Política

Doutorando Ricardo Cortez Lopes
Programa de Pós Graduação em Sociologia

Dedico este presente trabalho à família, meu namorado, amigos, meus professores, e todos que de alguma maneira me apoiaram durante minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Cristiane, por ter proporcionado a chance ao estudo e o apoio incansável, tanto econômico quando emocional, para que obtivesse a formação de Bacharelado em Ciências Sociais. Muito obrigado a meu pai, José Gustavo, pelas críticas construtivas e apoio durante este período. Também agradeço ao irmão, Thomas, apesar de jovem, sempre se mostrou interessado em entender minha linha de formação e também orgulhoso de mim. Lembrando de agradecer a todos meus familiares, particularmente minha tia, Caren, pela sugestão para a escolha do curso.

Meu muito obrigado também a meu namorado, Diogo, que compartilhou desde o início minha jornada no curso (inclusive o vestibular), sempre estando ao meu lado, lendo meus trabalhos, dando apoio moral e emocional ao meu crescimento, sendo paciente nos momentos em que estive ausente, criticando quando necessário. Mostrou-se o melhor namorado e amigo que poderia desejar neste período de minha vida.

Agradeço também a todos meus amigos e colegas da universidade, em particular ao grupo carinhosamente denominado “Hlera”, Ana, Bárbara, Erika, Gustavo, Laura, Nêmera, Paulinho, Renata e William. Todos eles estiveram sempre presentes na reta final dessa caminhada, torcendo e apoiando, além de colaborar com dicas de leituras, conselhos e todo suporte possível. Agradeço, também, a diversos colegas e amigos que encontrei nessa caminhada e que, de alguma forma, me influenciaram positivamente.

Muito obrigado a todos amigos de longa data, especialmente a Bianca, Giovana, Karin, Natália, Nicole e Suelen, por todo suporte e incentivo desde o início do curso, além de longas conversas e interesse sobre o tema e paciência pelos períodos em que tive que ausentar-me para a confecção deste trabalho. Um abraço especial para Leonardo, meu melhor amigo desde a infância.

Faltam palavras para agradecer ao meu orientador Luis Gustavo Mello Grohmann, pelo esforço em me ajudar prontamente e me acolher.

Finalmente, meu muito obrigado a todos que, de alguma maneira, me apoiaram positivamente nesta jornada.

EPÍGRAFE

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

RESUMO

Este trabalho consiste em um debate teórico sobre conceitos centrais das ações políticas de municípios do interior do Brasil, pertinentes à análise do processo eleitoral: o clientelismo e o coronelismo. Além disso, é considerado e debatido o conceito de política local. O estudo tem como objetivo debater sobre os conceitos de clientelismo e de coronelismo, comprovar a relação entre os dois sistemas e verificar a sua conexão com a política local.

Palavras-chave: Clientelismo. Coronelismo. Política local. Município.

ABSTRACT

This work consists in a theoretical debate about central concepts of political actions in countryside municipal districts of Brazil, whichever is relevant to the analysis of the electoral process, being them patronage and coronelism. In addition, the concept of local politics is considered and debated. The study aims to debate about the concepts of patronage and coronelism, to prove the relation between the two systems and to verify their connection with the local politics.

Keywords: Patronage. Coronelism. Local politics. Municipal Districts.

RESUMEN

Este trabajo consiste en un debate teórico acerca de los conceptos centrales de la acción política de los municipios del interior de Brasil, algo que es pertinente para el análisis del proceso electoral: el clientelismo y el coronelismo. Por otra parte, se considera y discute el concepto de la política local. El estudio tiene como objetivo discutir los conceptos de clientelismo y de coronelismo, para demostrar la relación entre los dos sistemas y demostrar su conexión a la política local.

Palabras Clave: Clientelismo. Coronelismo. Política local. Municipio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONCEITO DE CLIENTELISMO.....	14
3. CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CORONELISMO.....	18
4. POLÍTICA LOCAL: SUA RELAÇÃO COM O CLIENTELISMO E CORONELISMO.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24

1. INTRODUÇÃO

As práticas clientelistas são caracterizadas como a troca de favores entre os atores – nesse caso, o candidato político e o eleitor, que é cognominado de cliente. A noção das práticas de clientela sempre esteve originalmente conectada com o estudo de sociedades rurais (NUNES, 1997), fazendo, assim, com que surgisse a dúvida quanto a ligação da manifestação do clientelismo, o coronelismo e a política local, principalmente de cidades com um passado conservador.

As sociedades conservadoras são classificadas pela oposição à inovação e a todo tipo de mudança que teve como origem uma revolução. Criando, assim, um perfil favorável para o surgimento e a manutenção, do coronelismo. Nas palavras de Victor Nunes Leal

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, pág. 23, 2012)

A escolha de cidades em situação rural para o estudo destes fenômenos se deve à ligação intrínseca das mesmas com a questão do poder local (KERBAUY, 2016). Além da forte influência de questões econômicas sobre os temas, a autora reforça que

Nas análises políticas, no entanto, o interior continua sendo o locus por excelência do voto rural, do tradicionalismo, do mandonismo, do apadrinhamento, do clientelismo, e, quiçá do coronelismo... (KERBAUY, pág 17, 2016)

A problematização surgiu a partir da dúvida sobre a ligação entre cidades com perfil conservador e de um grande número de práticas de clientela em períodos de eleição – municipal e estadual. Porém, a classificação e a conceituação de clientelismo e de sociedades conservadoras é complexa e possui opiniões divergentes. O autor Francisco Pereira de Farias, por exemplo, acredita que as práticas clientelistas – ou “conceito da barganha político-eleitoral” (FARIAS, 2000), como o próprio classifica – são, na verdade, mecanismos legítimos e comuns em uma democracia capitalista. Por outro lado, Bruno

Wilhelm Speck assegura que as práticas clientelistas são corruptas e negativas, como cita em seu trabalho

Como em outros arranjos corruptos, as redes de clientelismo permanentes, baseadas em relações pessoais a longo prazo (como as do intermediário profissional) revelam-se mais eficientes contra possíveis traições comparadas a arranjos corruptos baseados em uma relação de troca a curto prazo (SPECK, 2003)

Apesar de alguns autores considerarem o clientelismo como negativo, ao defenderem que a escolha do candidato deve ser feita racionalmente – através do “voto consciente” - muitos afirmam que as práticas de clientela fazem parte do jogo político. Ainda que nenhum dado anterior comprove a ligação entre o clientelismo e as cidades tipificadas como conservadoras, nasceu a curiosidade, a partir de observação prévia em eleições ocorridas no município de São Vendelino – minha cidade natal – que possivelmente é detentor de um perfil conservador.

No caso brasileiro, não só conceitos mais universais, como clientelismo e patrimonialismo, mas também noções mais específicas, como coronelismo e mandonismo, estão a pedir uma tentativa de revisão como auxílio para o avanço da pesquisa empírica, por mais árida e inglória que seja a tarefa (CARVALHO, 1997)

Assim, surge o problema de pesquisa determinado como: Coronelismo, clientelismo e política local: debate sobre o conceito do clientelismo na política local e a sua conexão com um passado coronelista.

Pesquisando sobre os conceitos, o elo entre política local, o coronelismo e o clientelismo parecia, ao meu ver, cada vez mais claro e enraizado. Assim, surgiu o interesse em verificar algumas questões, em especial a da dinâmica do clientelismo em cidades do interior, assim como a sua conexão com o coronelismo, que justificam a escolha do tema para o estudo.

Os municípios do interior, e, principalmente, as sociedades rurais, criavam o ambiente propício para a preservação do coronelismo, marcado pelo distanciamento da população da vida política e do Estado, considerado um sistema político nacional que baseava-se em barganhas entre os coronéis e o governo (CARVALHO, 1997). Por sua vez, o surgimento do clientelismo também assemelhava-se com este meio, assim como Edson Nunes descreve no seguinte trecho onde

[...] o clientelismo significa um tipo de relação social marcado por contato pessoal entre patrons e camponeses. Os camponeses, inso é, os clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem a terra. (NUNES, pág. 1997)

Ademais, ainda segundo o autor, as relações de desigualdade assumiam um papel de grande importância para a manutenção do fenômeno. Onde um laço tipicamente pessoal era formado, oferecendo, assim, proteção aos “clientes” em troca de lealdade política (NUNES, 1997).

Além do coronelismo e do clientelismo, outros mecanismos – como o corporativismo, o burocratismo e o clientelismo de massa – surgiram na política local devido às mudanças estruturais e às transformações políticas, ressaltando, entre elas, a urbanização e a integração dos sistemas de comunicação. Colaborando para o desmonte do sistema coronelístico e possibilitando, assim, o surgimento de uma nova dinâmica na política local (KERBAUY, 2016).

O cerne do presente trabalho – além de discutir os conceitos citados no parágrafo anterior – é o de reforçar a relação dos temas com a política local, expondo os principais pontos em comum. Para que se comprove que um município do interior, que possui um passado coronelista, ocasiona, futuramente, a aniquilação desse sistema, uma sociedade clientelista. De acordo com Kerbauy, o fenômeno é explicado através da extinção de uma sociedade rural (caracterizada coronelista) por meio da urbanização e da modernização – e também a anulação dos antigos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo – para uma sociedade que contribui para o surgimento das práticas de clientela.

Essas mudanças acoplam-se ao processo de transformação urbana, em curso no país desde a década de 50. Mas a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana não foi suficiente para eliminar o tradicionalismo e o coronelismo; foram os efeitos das mudanças institucionais sobre as transformações urbanas que criaram condições políticas propícias ao desaparecimento do coronelismo, enquanto prática de poder local. (KERBAUY, pág. 16, 2016)

Para isso, é necessário descrever os conceitos de acordo com autores e livros prestigiados das áreas, assim construindo uma base teórica relevante para o debate sobre os conceitos de coronelismo, de clientelismo e de política local – usando as principais obras sobre os temas, respectivamente: “Coronelismo, enxada e voto,” de Victor Nunes Leal; “Mandonismo, coronelismo clientelismo: uma discussão conceitual”, de José

Murilo de Carvalho e “A morte dos coronéis: política e poder local” de Maria Teresa Miceli Kerbauy – para possibilitar a melhor visualização da conexão entre eles.

O principal método de pesquisa do presente trabalho é a revisão conceitual dos temas principais (coronelismo e clientelismo) através de pesquisa bibliográfica, já que

Considerada mãe de toda pesquisa, fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas. (GEHARDT & SILVEIRA, pág. 69, 2009)

Além de nomes renomados na academia (clássicos dos tópicos citados), suas obras aproximam-se e condizem melhor com a realidade brasileira. Ainda, outros autores serão utilizados para consolidar o conteúdo teórico.

Ademais, há a leitura e o aprofundamento sobre os temas, além da coleta de trechos que fortalecem a argumentação, e que permitem a análise do que foi selecionado. Outrossim, a construção de um debate teórico sobre a relação dos temas – que pretende confirmar sua ligação – para sustentar o debate.

O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (MARCONI & LAKATOS, pág. 158, 2003)

Através do presente método de pesquisa é esperado que sejam obtidos os resultados necessários para responder ao problema, atingir aos objetivo e confirmar ou refutar a hipótese.

A relação entre os conceitos, a sua caracterização, será discutida brevemente no seguinte trabalho.

2. CONCEITO DE CLIENTELISMO

O conceito de clientelismo é complexo e possui diversas linhas de pensamento. Embora sejam conceitos imprecisos, as práticas de clientela possuem duas possíveis vertentes, observadas na história da política brasileira, que possivelmente explicam a sua existência. Uma delas, baseada no patrimonialismo (defendido por Raymundo Faoro), na qual não há a separação do Estado entre os limites do privado e público. Outros autores sustentam o pensamento de que o clientelismo tem suas raízes no mandonismo brasileiro (CARVALHO, 1997).

Alguns autores, defendem as práticas clientelistas, justificando-as como legítimas no jogo político. A troca do voto (ou apoio público/ campanha) por algo material, ou um favor, é algo genuíno e aceitável, já caracterizado por Marcel Mauss – tomando aqui uma visão antropológica – em tribos consideradas arcaicas e, podendo, assim, ser contextualizado para a atualidade como “Teoria da dádiva”. Na qual há um comprometimento social na obrigatoriedade entre “dar” e “receber”, além de um envolvimento maior do que simplesmente o da troca por si

Recusar dar, negligenciar convidar, assim como recusar receber, equivale a declarar guerra; é recusar a aliança de comunhão. A seguir, dá-se porque se é forçado a isso, porque o donatário tem uma espécie de direito de propriedade sobre tudo o que pertence ao doador. Essa propriedade se exprime e se concebe como um vínculo espiritual. (MAUSS, pg 202, 2003)

É observada, então, a criação de um “elo”, de uma “relação” entre o político e o eleitor, relação essa mais profunda e sentimental do que um simples vínculo social.

Assim como na citação de Mauss sobre o poder que o donatário possui, podemos fazer uma comparação direta entre o político e o eleitor. Sendo o político o donatário, aquele que possui o “poder”, ou seja: o acesso aos bens públicos, aos recursos e ao status social. É aquele que, nesta relação, caracterizada pelo autor como “espiritual” (MAUSS, 2003), detém a autoridade sobre a troca, respeitando a hierarquização na política. Embora referindo-se à esta teoria e trazendo-a para a realidade atual, mesmo que o eleitor não seja obrigado, por força, a retribuir a dádiva, cabe a ele uma correspondência moral para com o político (mesmo que nem sempre esta seja respeitada):

Nessa vida à parte que é nossa vida social, nós mesmos não podemos “ficar em dívida”, como ainda costumamos dizer. É preciso retribuir mais do que se recebeu. A “devolução” é sempre maior e mais cara. (MAUSS, pg 294, 2003)

Partindo de uma visão econômica, a democracia tem um papel – já que ela e o clientelismo possuem um problema de oposição – no qual o clientelismo pode ser caracterizado como a apropriação privada da coisa pública, enquanto que a barganha do voto representa a corrupção da democracia. Assim, o clientelismo é responsável pelo desvirtuamento da democracia (FARIAS, 2000). Partindo dessa teoria, caso a democracia seja consolidada, o clientelismo se extinguirá. Enquanto perdurarem os procedimentos políticos regidos fundamentalmente pela soberania popular, será favorecida a conservação do capitalismo.

Outros padrões de política são compatíveis com a democracia capitalista: o clientelismo, o populismo, o corporativismo. Como procuraremos evidenciar, o clientelismo é também uma das formas intrínsecas a tal tipo de democracia. (FARIAS, pág. 49, 2000)

Nunes, que também relaciona o clientelismo à uma perspectiva econômica, declara que as práticas de clientela permanecem integradas na moderna ordem capitalista de maneira conspícua (NUNES, 1997). Identificadas principalmente em sociedades rurais de campesinato, onde a família tem um papel crucial, possuindo modos domésticos de produção e de consumo e fortalecendo laços através de casamentos. Garantindo, assim, a sobrevivência e sendo encarados como investimentos, onde todas as relações possuem um caráter pessoal e direto. Reforçando a particularidade das práticas de clientela, onde as trocas são generalizadas e pessoais, e que inclui ao cliente promessas e a expectativa de retorno futuro.

Nas sociedades camponesas, o mundo econômico e o social se confundem. Não há diferenciação social intensiva e de tipo capitalista, e o sistema de valores sustenta-se em critérios pessoais e não-universalistas. (NUNES, pág. 27, 1997)

A autora Beatriz Heredia também destaca o poder da família em relações de clientelismo. Onde dispor de uma família com grande número de pessoas, hoje e antigamente, é um capital político que não pode ser considerado desprezível. Ainda mais

quando algum membro disputa um cargo. Além disso, a divulgação do voto do núcleo familiar diante da comunidade e de outros laços de parentesco é de extrema importância.

Por ser o voto a expressão de uma ligação com um candidato em particular, independentemente de plataforma e partido, envolvendo lealdade pessoais, não se critica a opção feita pelos demais chefes de família, sejam eles parentes ou vizinhos, pois se reconhece socialmente o compromisso estabelecido por casa um. (HEREDIA, pág.45, 2006)

Seguindo esta linha de pensamento, é interessante observar como, atualmente, candidatos políticos que colocam em prática o clientelismo ainda se sentem seguros quanto ao compromisso existente entre eles e o ato da promessa a ser cumprida. Heredia afirma que

[...] como as próprias ações supõem promessas recíprocas (a promessa do candidato e a promessa do eleitor de votar nele), elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. (HEREDIA, pág. 48, 2006)

Nesse momento, pode-se observar como o clientelismo atua e pelo que o voto é trocado, desde bens materiais – como dinheiro, como colchões, como cestas básicas – à favores pessoais e benefícios através do poder público – benefícios públicos, isenções, cargos – que fazem com que o eleitor se sinta comprometido com o doador, aderindo, assim, à facção do candidato (HEREDIA, 2006). Assim, as práticas clientelistas demonstram o caráter de lealdade do cliente para com o político. Surge um elo pessoal que gera este modelo de compromisso onde ambos tornam-se membros de uma mesma facção, obtendo, através da troca, o apoio político.

De um modo geral, Carvalho classifica o clientelismo, de acordo com a literatura internacional, como

[...] indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (CARVALHO, 1997)

Percebe-se que a literatura utilizada na definição do conceito de clientelismo, principalmente Carvalho, caracteriza-o, resumidamente, como a barganha (de empregos,

de benefícios, de isenções, de bens materiais) pelo apoio político, sendo ele preferencialmente, público e divulgado.

3. CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CORONELISMO

A primeira aparição do termo “coronelismo” se deu no período da Primeira República, com o intuito de designar as particularidades da política ocorridas no interior do Brasil (LEAL, 2012). Partindo do ponto de vista do autor, o coronelismo é definido como um sistema político [...] “dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”. (LEAL, 2012).

Um breve resumo histórico dos acontecimentos políticos deste período pode explicar e elucidar, com mais clareza, os fatos que contribuíram para a origem desse fenômeno. Primeiramente, no período colonial, onde a representatividade da população resumia-se às câmaras municipais e o tema eleitoral não era de grande relevância para a Coroa, criou-se um ambiente propício para o surgimento de autoridades dos senhores de terra. Para os quais era consentido o uso de poder para controlar a administração pública local – comprovando a insuficiência do poder público da época, incapaz de exercer sua função por integralidade (LEAL, 2012). Entretanto, após a eleição da Assembleia Constituinte de 1823, e, graças a composição representativa da Assembleia Geral, foi dada uma maior atenção à questão eleitoral. Contudo, ainda assim, o direito ao sufrágio se dava através de indicadores econômicos, restringindo ainda o voto dos escravos, dos trabalhadores agrícolas da época, e, assim, salientando o poder dos senhorios e de presidentes da província, então escolhidos e nomeados pelo governo central. Estes fatores – encontrados na política interiorana do período – serviriam de berço para o surgimento do fenômeno mais tardiamente chamado de coronelismo (LEAL, 2012). Com a extinção do regime escravocrata e com a instauração da República, houve uma valorização do voto dos trabalhadores agrícolas. Embora pareça positivo, devido a dependência dos mesmo para com os senhorios de terra, a influência deles sobre os trabalhadores foi reforçada. Pois, ainda que juridicamente constassem como homens livres, o que se via na prática era a opressão dos senhores – detentores de capital, de status social e de poder – sob os seus dependentes – assalariados, mas ainda assim, submissos aos patrões (LEAL, 2012).

A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no

peculiar compromisso do “coronelismo”. Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do “coronelismo” é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o do ut des que anima todo o sistema. (LEAL, 2012)

Podemos constatar que quanto mais ineficaz e ausente o poder público em um local, mais cria-se um ambiente mais propenso para um distanciamento da relação entre o eleitor e a máquina governamental, sendo o coronel (político) a única maneira de mediação da gestão pública, reforçando-se o fenômeno coronelista. Sendo assim, um município rural, onde sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas – citando como exemplo o comércio e a indústria – e cria um ambiente perfeito para o coronelismo (LEAL, 2012).

Assim, o coronelismo é considerado como um sistema político extremamente rico em redes de relações pessoais, que vai do coronel, passa pelo poder municipal ao legislativo, ao executivo, ao poder federal, e, até mesmo, nacional. Esta rede gera compromissos que esperam, e que devem ser retribuídos. Além disso, o coronelismo também é um sistema que tem uma forte relação com a questão econômica. Tanto que a decadência financeira dos coronéis levava ao enfraquecimento do seu poder político no meio em que atuam: “O coronelismo, além disso, é datado historicamente. Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica.” (CARVALHO, 1997)

A figura do coronel é descrita como a de um indivíduo que detém grande poder econômico e social – afinal, no meio rural, os detentores de terras ou gado são os únicos capazes de adquirir financiamentos - utilizando destes privilégios para exercer a sua autoridade perante seus subordinados, determinando suas ações. Às quais os interessados acatam prontamente. Assim, exercendo grande influência política para com os seus “dependentes”: “O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.” (LEAL, 2012)

Ademais, o voto, neste sentido, é visto não como troca ou barganha. Taç como no clientelismo, ele também não é obtido através de coerção física, mas sim como uma doação para o candidato, onde a fica explícita a obrigação moral do subordinado com o seu patrão (FARIAS, 2000). Além do mais, quando ocorridas as eleições no meio rural,

eram os coronéis que arcavam com as despesas eleitorais – e também com as das pessoas dos eleitores da roça, que, por essa razão, obedeciam a orientação de quem lhes bancava.

Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (LEAL, 2012)

A partir de investimentos – algumas vezes pessoais e de pessoas de seu círculo de amizade, de seu empenho, de prestígio político para alcançar melhorias locais (escola, estradas, posto de saúde, luz elétrica) – aliados à falta de interesse do poder público para com municípios do interior, o coronel assume uma figura heroica frente à população, o que colabora para a conservação e construção de sua autoridade (LEAL, 2012). Então, o coronel

Responsável, em grande parte, pelas vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, é frequentemente acusado de não ter ideal político. Sua mentalidade estreita, confinada ao município, onde os interesses de sua facção se sobrepõem aos da pátria, seu descaso pelas qualidades ou defeitos dos candidatos às eleições estaduais e federais, tudo isso incute no espírito dos derrotados amarga descrença nas possibilidades do regime democrático em nosso país. (LEAL, 2012)

Contudo, a política local sofre modificação através de mudanças político-institucionais, principalmente sob o processo de transformação urbana, de industrialização e do aparecimento do chamado “político moderno”. Que levam, progressivamente, à extinção das práticas coronelistas no poder local (KERBAUY, 2016), como ocorreu em muitos municípios rurais do território brasileiro.

4. POLÍTICA LOCAL: SUA RELAÇÃO COM O CLIENTELISMO E CORONELISMO.

O conceito de poder local é amplo. Contudo, o mais utilizado é o que remete, no território brasileiro, à esfera municipal, principalmente no local de exercício do poder, como a câmara de vereadores, a prefeitura e as outras instituições sociais vinculadas à esta esfera (DANIEL, 1988). Contudo, o poder local também constitui-se nas relações que delimitam o poder entre os diferentes grupos sociais, podendo ocorrer de forma externa à esta esfera. Não apenas se delimitando ao físico, mas também ao socialmente construído (FISCHER, 1992).

Ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em tomo de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto (FISCHER, pág. 106, 1992).

Através de debates acerca dos temas citados nos capítulos anteriores, fica óbvia a relação do sistema coronelista com a política local e com sociedades interioranas/ rurais. Além disso, a principal característica do coronelismo é a do distanciamento do Estado, que possibilita o surgimento e a manutenção do mesmo e o fortalecimento da figura do coronel, o único vínculo possível entre a sociedade rural e a administração pública.

Conquanto suas consequências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. (LEAL, pág. 122, 2012)

Leal, ainda, sugere uma confluência entre este sistema político e uma visão econômica, onde a decadência econômica dos donos de terra acarretava no enfraquecimento do poder político dos coronéis frente aos seus subordinados e seus rivais (LEAL, 2012)

A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre

os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. (CARVALHO, 1997)

Após a análise, feita através do debate entre os vários autores – principalmente Leal, Nunes e Kerbaudy - fica clara a comprovação da intrínseca ligação de uma sociedade coronelista e tradicional com as práticas de clientela, que ocorrem fortemente após a ruptura com o coronelismo. O coronelismo encerra quando o poder local passa por mudanças – como o desenvolvimento urbano, o surgimento de uma mídia local, a ampliação da participação eleitoral – que colocam fim ao isolamento municipal.

As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. (CARVALHO, 1997, p. 233)

Além disso, Kerbaudy(2016), no livro “A morte dos coronéis: política e poder local”, frisa constantemente que é necessário recorrer aos fenômenos do coronelismo e do clientelismo para repensar a questão do poder local, e também a da política tradicional. Ela se utiliza de exemplos práticos de cidades do interior paulista como o cenário ideal para fortalecer a sua teoria. A autora, ainda, afirma que há uma resistência em assumir o fim do sistema coronelista. Devido, principalmente, ao fato de:

não existirem suficientes refinamentos analíticos que contextualizem o clientelismo enquanto modalidade do comportamento eleitoral que caracteriza tanto sociedades tradicionais rurais, envolvendo os notáveis locais e suas clientelas, quanto sociedades modernas (KERBAUY, 2016).

Assim, mesmo com o crescente interesse pela área de política local, estes novos estudos “[...] não sistematizam, de maneira clara, o novo padrão de poder local advindo de uma nova realidade política municipal que se configura a partir de 1964.” (KERBAUY, 2016: 20).

As mudanças e as transformações, sofridas pós 1964, foram de grande importância para a política local particularmente em dois pontos: o coronelismo perde a sua força e, conseqüentemente, a sua exclusividade como intermediador, tornando-o em grande parte, desnecessário. Além de todas as mudanças institucionais que levaram ao enfraquecimento do poder Legislativo em relação ao Executivo, revertendo, também, a mediação nas

políticas tradicionais; mudanças estruturais ligadas à urbanização, ao crescimento demográfico, a concentração populacional, e a implantação de empresas e de atividades comerciais que levaram à geração de empregos – além das mudanças nas relações de trabalho. Estes fatores contribuíram fortemente com a extinção do coronelismo (KERBAUY, 2016).

Kerbauy, ainda, procura esboçar um modelo teórico que pudesse se adequar a realidade brasileira atual do poder local. No qual se utiliza do conceito de “político moderno” para designar o político profissional, um dos principais personagens do rompimento do sistema coronelista nos municípios interioranos.

Este novo político local deve ser capaz de institucionalizar sua atividade política, profissionalizando sua liderança, estruturando seu partido no município e preparando sucessores representativos dos interesses locais, além de estabelecer estratégias políticas de relacionamento com os governos federal e estadual. (KERBAUY, pág. 157, 2016)

O político moderno é caracterizado como alguém cujo poder não se baseia na propriedade territorial, dirigindo-se, diretamente ao eleitorado. Este pode ser influente na política local ou junto a membros de órgãos públicos. É um personagem relevante no cenário clientelista, que dá lugar ao antigo sistema coronelista. Ele pressiona as agências burocráticas e o governo central em busca de recursos para satisfazer e cativar a sua vasta relação de clientela. O populismo foi um movimento que contribuiu para o surgimento do clientelismo de massa.

O tipo de político clientelista tradicional, com conteúdo personalista, dá lugar a políticos clientelistas que se colocam como porta-vozes de categorias sociais específicas, corporativas e profissionais, em vez de atender a solicitações individuais. (KERBAUY, pág. 4, 2016)

Além disso, outros três fatores foram importantes para o processo de mudanças no poder político local, sendo eles a extinção dos antigos partidos políticos, a suspensão das eleições majoritárias diretas para os executivo estadual e federal e a implantação do bipartidarismo; a reforma tributária efetivada pela Emenda Constitucional nº 18 de outubro de 1965 e pela Lei Orgânica dos Municípios de 1967; e a restrição do papel do Legislativo federal (KERBAUY, 2016).

De fato, o estudo de política local é muito subjetivo. Não pode se submeter a uma análise geral dos conceitos sem, antes, enxergar-se as particularidades do município, além

de análises que levam em conta transformações políticas ocorridas e processos de mudança estrutural – que apreciem os fenômenos como o coronelismo e o clientelismo, ambos advindos de práticas políticas tradicionais, como elementos definidores do poder local (KERBAUY, 2016). Ainda assim

[...] A morte dos coronéis não significa o fim do clientelismo enquanto tal, assim como a modernização não significa a implantação da racionalidade burocrática e a ideologização da política. Permanece o clientelismo, como forma de controle social, para reduzir as pressões grupais, que se configuram, em muitos casos, em situações de conflito. (KERBAUY, pág. 160, 2016)

Embora o clientelismo sobressaia, outros sistemas de relação política, como o clientelismo de massa, o burocratismo e o corporativismo impedem a manifestação de políticas universalistas, dificultando expressões de cidadania e acentuando os princípios de desigualdade. Ademais, novas mudanças no poder local trouxeram, como consequência, uma série de problemas de gestão municipal, que passa, atualmente, por um momento de inflexão (KERBAUY, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade da pesquisa bibliográfica acerca dos temas, além de fortalecer conceitos já utilizados na academia sobre os dois sistemas políticos citados, foi a de estabelecer uma relação entre eles, utilizando a política local como um ponto em comum.

A análise observou, principalmente, os pontos compartilhados entre os conceitos de clientelismo e de coronelismo, além da ligação de ambos com a política local. Utilizou de autores de renome para especificar cada um dos temas e para trazer mais lucidez ao debate.

Inicialmente, através do debate concebido nos capítulos anteriores, fica claro que há a relação entre o coronelismo, o clientelismo e a política local.

Primeiramente, pelo fato do sistema político coronelista nascer e se manter em sociedades rurais – onde o poder público é ineficaz e a figura do coronel é o único acesso da população a estrutura estatal e aos recursos públicos. Com isso, surge uma relação de poder entre o coronel, grande detentor de terras e riquezas de um região, e seus subordinados e seus rivais. Além do poder social, o poder econômico também tem papel importante nesse quesito. Afinal, quando o coronel entra em decadência financeira, fica claro o enfraquecimento do poder político frente aos seus dependentes, já que a maioria das trocas feitas pelo apoio político de seus subordinados eram feitas através de financiamentos e de empréstimos – seja de dinheiro, de terras, de animais, etc. Leal reforça que a figura do coronel faz jus ao sistema de facções, onde o seu apoio político – e conseqüentemente o financeiro - era de grande importância, e também essencial para a definir o resultado da eleição, onde o município foi considerado o pioneiro da preservação do sistema coronelista. Embora o grande ponto para preservar a ascendência dos coronéis tenha sido a rarefação do poder público nessas localidades, o que possibilitou o nascimento de uma influência local. Temos aqui o primeiro ponto de relação entre um dos conceitos e a política local.

O clientelismo, por outro lado, também mantém uma forte relação com o poder econômico. Contudo, se caracteriza principalmente pela apropriação do privado e do particular pela coisa pública. Ou seja: é um sistema político que envolve a entrega de benefícios públicos, principalmente na condição de empregos, de isenções, de regalias. Como Farias (2000) afirma, o sistema de clientela é a barganha do voto por mercadoria, onde a situação sócio-econômica do “político de clientela” tem relação direta com o êxito de votos “comprados”. Contudo, o conceito de clientelismo é considerado muito mais amplo

do que o conceito de coronelismo. Mesmo que ambos envolvam trocas de natureza clientelista, eles são considerados diferentes. O conceito de mandonismo também se assemelha muito ao de clientelismo, por essa razão sendo seguidamente confundidos. Contudo, o primeiro possui uma trajetória diferente, sistematicamente decrescente, enquanto que, no clientelismo, o número de parceiros pode variar com o passar do tempo. Com isso, ainda baseado na leitura de Carvalho (1997), é possível admitir-se que as práticas de clientela aumentam consideravelmente frente à extinção do coronelismo e com o declínio do mandonismo. Contudo, contrariamente ao sistema coronelista, o clientelismo pode surgir e manter-se em meios urbanos. Não unicamente em cidades rurais, já que tem como foco a barganha por algo público, comprovando que, nesse meio de trocas, há a presença do Estado, diferentemente do coronelismo. Outra diferença entre os sistemas é a linha de evolução de ambos - já que o coronelismo nasce, tem o seu apogeu, e decai, enquanto que o clientelismo possui uma curva de ascendência e um decréscimo na década de 90. Além disso, há também a importância do emprego público no sistema de clientela: o cargo implica numa fonte de renda, lembrando o conceito de “político profissional”, aquele que vive da política, citado anteriormente no presente trabalho. Ratificando, dessa maneira, o conceito de “político moderno” criado por Kerbauy (2016), como aquele que surge colaborando com a extinção do sistema coronelista. Contudo, o clientelismo não é um sistema plenamente rural, podendo ocorrer em diferentes áreas e diferentes locais.

Contudo, apesar das divergências entre os dois sistemas, podemos enxergar claramente alguns pontos semelhantes entre ambos, onde, ressaltado, a política local aparece como forte elo de relação. O sistema coronelista nasce e se mantém em sociedades rurais; com a extinção do coronelismo, o clientelismo toma força, fortalecendo o aparecimento de suas práticas (não negando que antes fossem inexistentes).

Porquanto, é difícil afirmar, com certeza, sobre a hipótese apresentada no trabalho. Já que, como cita Kerbauy (2016), ainda há muito campo a ser explorado no estudo da política local levando em conta a realidade brasileira atual. A autora utiliza em seu trabalho um exemplo prático de uma cidade do interior paulista, fazendo com que as subjetividades possuam valor relevante para uma análise mais profunda destes sistemas políticos e da sua relação com a política local.

Contudo – por meio do debate estabelecido no presente trabalho e através da fundamentação teórica escolhida para fortalecer os conceitos – é possível, com pequenas ressalvas, enxergar, por fim, a relação entre os sistemas coronelistas e os clientelistas,

onde ambos possuem a política local como o ponto de conexão mais convincente. Tendo isto em vista, podendo futuramente transformar e utilizar destes conceitos como ferramentas de análise, além de um estudo de campo, para dar continuidade ao presente estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “Bases”: Política, Favor e Dependência Pessoal*. Bonsucesso: Relume Dumará, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. *Espaços & Debates*, São Paulo: v.1, n. 24, 1988, p. 26-39.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. *Sociologia e Política*, Curitiba, v.1, n. 15, nov. 2000, pp. 49-65.
- FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. *Administração Pública*, Rio de Janeiro, n.1, v. 4, 1992, pp. 105-113.
- GEHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- HEREDIA, Beatriz M. A. De, PALMEIRA, Moacir. *O Sufrágio Universal*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política e poder local*. Curitiba: Appris, 2016.
- KUSHNIR, Karina. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Bonsucesso: Relume Dumará, 1999.
- KUSHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARCONI, Marina de Andrade Marconi & LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas., 2003.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*.. São Paulo: Cosac Naify,. 2003.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- PALMEIRA, Moacir; GOLMAN, Marcio. *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

SPECK, Bruno Wilhelm. A compra de votos – uma aproximação empírica. *Opinião Pública*, Campinas, v.9, n.1, 2003, pp. 148-169

WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.